



**Estado de Mato Grosso**  
**Prefeitura Municipal de Poconé**

Praça da Matriz, s/n, centro, cep 78175-000 – Poconé – Mato Grosso  
CNPJ 03.162.872/0001-44 FONES 0xx65 3345-2878

---

**LEI MUNICIPAL Nº 2.294 DE 04 DE SETEMBRO DE 2024.**

**FIXA O SUBSÍDIO MENSAL DOS  
VEREADORES DO MUNICÍPIO DE  
POCONÉ-MT, PARA A LEGISLATURA  
2025 A 2028, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ATAIL MARQUES DO AMARAL, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELE **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** O subsídio mensal dos Vereadores do Município de Poconé- MT, para a Legislatura de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, em parcela única, é fixado nos termos desta Lei.

**Art. 2º** O valor do subsídio mensal dos vereadores, para a Legislatura 2025/2028, será de R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais).

**Art. 3º** O Vereador investido no Cargo de Presidente da Mesa Diretora receberá o subsídio mensal, em parcela única, no valor de R\$ 13.860,00 (treze mil oitocentos e sessenta reais), em razão da assunção de atribuições e responsabilidades concernentes ao exercício da administração do pessoal e dos serviços da Câmara de Vereadores, bem como da direção das atividades legislativas e demais atribuições relacionadas na Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Poconé - MT.

**Art. 4º** O substituto legal que, na forma da Lei, assumir a Presidência igual ou superior a 15 (quinze) dias de exercício, durante os impedimentos ou ausências do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio mensal do Presidente, proporcionalmente ao período da substituição.

**Art. 5º** As ausências dos vereadores às sessões Ordinárias determinam o desconto de 2/30 (dois trinta avos), a cada ausência, considerando-se ausência justificada os seguintes casos:



**Estado de Mato Grosso**  
**Prefeitura Municipal de Poconé**

Praça da Matriz, s/n, centro, cep 78175-000 – Poconé – Mato Grosso  
CNPJ 03.162.872/0001-44 FONES 0xx65 3345-2878

I – doença devidamente comprovada por atestado médico, desde que apresentado em até 03 (três) dias úteis após a sessão;

II – para acompanhamento de conjuge, ascendente, descendente, em caso de doença devidamente comprovada por atestado médico, desde que apresentado em até 03 (três) dias úteis após a sessão;

III – luto pelo falecimento de conjuge, ascendente, descendente.

IV – a serviço da Câmara, por determinação da Mesa ou a serviço dela.

**Art. 6º** O suplente de vereador, quando convocado, receberá subsídio mensal, nos termos previstos nesta Lei, de forma proporcional ao período em que exerceu a titularidade do cargo.

**Art. 7º** Fica assegurado aos vereadores o recebimento da 13ª remuneração, na legislatura a iniciar-se no mês de janeiro de 2025.

§ 1º - O décimo terceiro salário corresponderá a 1/12 (um doze avos), por mês de efetivo exercício, do valor do subsídio devido em dezembro do ano correspondente.

§ 2º - O pagamento da parcela remuneratória referida no caput deverá ocorrer até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano.

§ 3º - Nas hipóteses de perda, renúncia ou afastamento do mandato, o décimo salário será pago proporcionalmente aos meses de efetivo exercício do cargo.

§ 4º - Em caso de licença ou de convocação de suplente, o pagamento de 13ª remuneração será proporcional aos meses em que o vereador exercer a titularidade do cargo.

**Art. 8º** Aos subsídios de que trata esta Lei, poderão ser aplicada a revisão geral anual, a partir do segundo ano de legislatura, sendo considerado para este o índice acumulado proporcional de janeiro a dezembro do primeiro ano da legislatura; para as demais concessões deverá ser considerado o período acumulado de 12 meses tendo como Data – Base o mês de Abril, e será incorporado em seus vencimentos no mês de março de cada ano; para tanto deverá ser respeitado conforme previsto no inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal, por norma legal específica, de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal.



**Estado de Mato Grosso**  
**Prefeitura Municipal de Poconé**

Praça da Matriz, s/n, centro, cep 78175-000 – Poconé – Mato Grosso  
CNPJ 03.162.872/0001-44 FONES 0xx65 3345-2878

§ 1º O índice a ser adotado para revisão anual dos subsídios previstos nesta Lei será o INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo, observado, de qualquer forma, a limitação prevista no inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal.

§ 2º Os subsídios de que trata esta Lei somente serão pagos no valor fixado desde que não extrapole o limite estabelecido pela Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

**Art. 9º** Os subsídios pagos não poderão ultrapassar:

I – Individualmente, para cada Vereador e para o Presidente, percentuais de 30% do que recebem, em espécie, os Deputados Estaduais, no exercício de 2024.

II – Anualmente no seu somatório, a cinco por cento da receita municipal.

**Art. 10** Ocorrendo qualquer dos casos previsto no Art. 9º, incisos I e II, o subsídio dos vereadores sofrerá proporcional redução de valor, com a finalidade de enquadramento em tais regras limitadoras.

**Art. 11** As despesas decorrentes da execução desta Lei serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias.

**Art. 12** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé – MT; em 10 de setembro de 2024.

  
**ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)**  
**Prefeito Municipal de Poconé**



**Art. 7º** Além dos subsídios mensais, os agentes políticos perceberão, o décimo terceiro em data igual aos servidores do Município, uma importância igual aos subsídios vigentes naquele mês.

**Art. 8º** As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas nas Leis Orçamentárias.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2025.

Prefeitura Municipal de Poconé – MT; em 10 de setembro de 2024.

**ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)**

**Prefeito Municipal de Poconé**

**PROCURADORIA JURIDICA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 98/2024**

CONTRATO N.º 98/2024 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: AM CONSTRUÇÕES

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA (VISITA PERIÓDICA) E CORRETIVA (EVENTUAIS), COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM O MAIOR DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS, CONSTANTES DA TABELA SINAPI, SOB DEMANDA EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE POCONÉ/MT, OS SERVIÇOS E OS MATERIAIS SERÃO PAGOS DE ACORDO COM OS VALORES CONSTANTES DA TABELA SINAPI ESTABELECIDADA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, COM INCIDÊNCIA DO DESCONTO OFERTADO PELA LICITANTE, ACRESCIDO DO BDI, devidamente relacionados e especificados no termo de referência.

DOTAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

17- 03.001.04.122.0003.2008.3.3.90.1.500.0000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇA

20- 04.001.04.123.0004.1013.4.4.90.1.500.0000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE EMPREGO E RENDA

39- 05.001.08.122.0005.2019.3.3.90.1.660.0000000

39- 05.001.08.122.0005.2020.3.3.90.1.500.0000000

39- 05.001.08.122.0005.2024.3.3.90.1.500.0000000

39- 05.002.08.241.0006.2035.3.3.90.1.500.0000000

39- 05.002.08.243.0006.2037.3.3.90.1.660.0000000

39- 05.002.08.244.0006.2038.3.3.90.1.660.0000000

39- 05.002.08.243.0007.2041.3.3.90.1.500.0000000

39- 05.002.08.244.0006.2032.3.3.90.1.500.0000000

39- 05.002.08.244.0006.2033.3.3.90.1.500.0000000

39- 05.002.08.244.0006.2034.3.3.90.1.500.0000000

39- 05.002.08.244.0006.2036.3.3.90.1.660.0000000

39- 05.002.08.244.0007.2051.3.3.90.1.660.0000000

39- 05.002.08.244.0007.2052.3.3.90.1.500.0000000

39- 05.002.08.244.0007.2054.3.3.90.1.500.0000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

157- 06.002.12.361.0008.1031.4.4.90.1.571.0000000

70- 06.002.12.365.0008.1029.4.4.90.1.500.0000000

70- 06.002.12.365.0008.1029.4.4.90.2.706.0000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

86- 07.002.10.301.0010.2130.3.3.90.1.500.0000000

86- 07.002.10.301.0010.2130.3.3.90.1.600.0000000

86- 07.002.10.301.0010.2130.3.3.90.1.621.0000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

111- 10.001.27.122.0017.2107.3.3.90.1.500.0000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

133- 12.002.15.452.0024.2125.3.3.90.1.500.0000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

143- 14.001.13.122.0026.2132.3.3.90.1.500.0000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

118- 11.001.04.122.0021.2115.3.3.90.1.500.0000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONOMICO

139- 13.001.04.125.0015.2101.3.3.90.1.500.0000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

103- 08.002.20.122.0016.2106.4.4.90.1.500.0000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

105- 09.001.23.122.0023.2118.3.3.90.1.500.0000000

Valor: R\$ 2.812.327,70 (dois milhões oitocentos e doze mil trezentos e vinte e sete reais e setenta centavos)

Período de vigência: 12 meses

Poconé, 10 de setembro de 2024.

**ATAIL MARQUES DO AMARAL**

Prefeito Municipal de Poconé

**PROCURADORIA JURIDICA  
EXTRATO DO DÉCIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE  
Nº 83/2020**

DÉCIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 83/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: DEO SERVIÇOS (D.C. DE FREITAS-ME)

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica estabelecida a prorrogação deste contrato pelo período de 20 de setembro de 2024 a 20 de dezembro de 2024.

Poconé/MT, 10 de setembro de 2024.

**ATAIL MARQUES DO AMARAL**

Prefeito Municipal de Poconé

**LEI MUNICIPAL Nº 2.294 DE 04 DE SETEMBRO DE 2024.**

**FIXA O SUBSÍDIO MENSAL DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE POCONÉ-MT, PARA A LEGISLATURA 2025 A 2028, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ATAIL MARQUES DO AMARAL, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELE **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** O subsídio mensal dos Vereadores do Município de Poconé- MT, para a Legislatura de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, em parcela única, é fixado nos termos desta Lei.